

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da INFRATROIA - Infraestruturas de Troia, E.M. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

2 No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o/Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

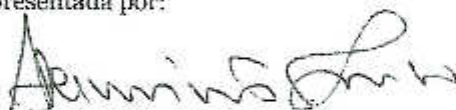
5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Sociedade com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

24 de maio de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da INFRATROIA – Infraestruturas de Troia E.M., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total 1.234.567 euros e um total de capital próprio 631.633 euros, incluindo um resultado líquido 23.764 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.


3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.


PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda,
o Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inserida na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
sob o nº 9077

Opinião


7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da INFRATROIA - Infraestruturas de Troia E.M. em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

24 de maio de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.

Handwritten signature or initials.

Declaração de responsabilidade

PricewaterhouseCoopers & Associados Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex
Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º
4150 - 074 Porto

Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2012

Troia, 24 de Maio de 2013

Exmos. Senhores

Pela presente confirmamos os seguintes elementos e informações que, na medida do nosso conhecimento e convicção, vos facultámos no decurso da vossa revisão da informação financeira da **INFRATRÓIA-Infraestruturas de Tróia E.M.** referente ao ano findo em 31 de Dezembro de 2012 os quais evidenciam um total de balanço nessa data no montante 1.234.567 euros e um resultado líquido 23.764 euros.

1 Confirmamos que cumprimos com as responsabilidades atribuídas acionistas de fazer com que as demonstrações financeiras apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, os resultados das suas operações e os fluxos de caixa em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro tal como adotadas na União Europeia bem como a adoção de políticas e critérios adequados e a conceção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros, fraudes ou irregularidades e salvaguardar o património da Empresa.

2 É nossa intenção apresentar as demonstrações financeiras e a certificação legal das contas na página da internet do Grupo, ou distribuir as mesmas aos acionistas por via eletrónica (e-mail). As nossas responsabilidades, no que diz respeito à preparação, divulgação e "sign off" das demonstrações financeiras, não se alteram pelo facto de estas se encontrarem reproduzidas e divulgadas por meios eletrónicos. É da nossa responsabilidade assegurar que qualquer destas publicações apresenta de forma apropriada a informação financeira e a certificação legal das contas.

3 Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2012 que justifiquem ajustamentos ou divulgação nas demonstrações financeiras relativas ao exercício então findo, que afetem as situações e/ou informações nas mesmas reveladas, ou ainda que, embora não afetando aquelas demonstrações financeiras, situações ou informações, tenham alterado ou se espere que venham a alterar de forma significativa, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira da Empresa, os seus resultados e/ou as suas atividades.

4 Confirmamos que os pressupostos relevantes por nós utilizados no cálculo de estimativas são razoáveis e que não existem assuntos que envolvam julgamento ou opinião, que não possam ser razoavelmente corroborados.

5 Foram-vos facultados (a) os livros de atas das reuniões dos órgãos sociais da Empresa e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos sociais em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respetivas atas, (b) toda a informação relevante que temos conhecimento, para a preparação das demonstrações financeiras, incluindo todos os livros e registos contabilísticos e financeiros existentes e respetiva documentação e (c) toda a informação que nos foi solicitada no âmbito do vosso trabalho, bem como acesso a todos os funcionários que consideraram necessário contactar. Confirmamos que as últimas reuniões realizadas pelos órgãos sociais foram a Assembleia Geral de dia 28 de março de 2012 e a reunião acionistas de dia 28 de dezembro de 2012.

6 Não temos conhecimento de quaisquer contas, transações ou acordos importantes que não tenham sido adequadamente reproduzidos e integrados nos livros e registos financeiros e contabilísticos que serviram de base à elaboração das demonstrações financeiras, nem de quaisquer transações que tenham sido conduzidas em moldes que se afastem dos procedimentos aceitáveis em termos legais, comerciais ou éticos ou das condições correntes de mercado no tocante à normal e razoável formação dos preços.

7 Não temos conhecimento de (a) quaisquer irregularidades, situações de fraude ou suspeita de fraude que envolva gestores e/ou empregados que desempenhem funções de relevo no nosso sistema de controlo interno contabilístico, ou (b) de quaisquer irregularidades, situações de fraude, ou suspeitas de fraude, ou violações das leis ou normas legais em vigor, cujos efeitos devessem ter sido evidenciados nas demonstrações financeiras ou servido de base à criação de provisões ou ao registo de perdas por imparidade. A Empresa tem respeitado todos os acordos contratuais que subscreveu, cuja falta de aderência pudesse ter efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

8 Não nos foram comunicadas por empregados, analistas, reguladores ou outros quaisquer suspeitas ou alegações de fraude envolvendo a Empresa e que tenham efeito sobre as demonstrações financeiras.

9 Foram-vos comunicadas as conclusões da nossa própria avaliação do risco de as demonstrações financeiras conterem distorções materialmente relevantes decorrentes de situações de fraude. Em nosso entender esse risco é reduzido.

10 As demonstrações financeiras incluem todos os ativos de propriedade da Empresa que nelas devem figurar (incluindo todos os saldos em caixa e em contas bancárias onde se encontram depositados fundos e disponibilidades da Empresa).

11 Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor dos ativos fixos tangíveis ou intangíveis, resultantes de progresso tecnológico, de condições de mercado ou de alteração do gosto dos consumidores ou dos hábitos dos clientes.

12 As contas a receber evidenciadas no balanço em 31 de Dezembro de 2012 representam créditos válidos sobre clientes e outros devedores por vendas realizadas ou outros encargos repercutidos ou débitos lançados em ou antes de 31 de Dezembro de 2012. A cobrança destes valores não está por qualquer forma condicionada nem existem acordos para o seu diferimento para além de um ano. O saldo das perdas por imparidade de dívidas a receber, foi cuidadosamente revisto, pelo que consideramos que o mesmo representa a melhor estimativa possível de todos os prejuízos significativos que poderão ser incorridos aquando da cobrança dos valores a receber naquela data.

13 Todo o passivo da Empresa de que temos conhecimento está incluído nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012. Fizemos uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos,



responsabilidades contingentes, ações judiciais, situações fiscais por regularizar e eventuais reclamações e/ou casos litigiosos, quando aplicável, tendo concluído que são adequadas as provisões existentes para lhes fazer face bem como os respetivos elementos informativos constantes das demonstrações financeiras. Em particular:

- a) consideramos que, caso a questão seja levantada pelas autoridades fiscais, poderemos demonstrar que as políticas de preços seguidas nas transações entre entidades afins e/ou com interesses da Empresa, obedecem a critérios de razoabilidade, independência e prática comercial corrente;
- b) não temos conhecimento de qualquer litígio pendente ou potencial ou de qualquer reclamação de natureza fiscal ou outra, de consequências significativas, nem encarregámos os nossos advogados de tratarem de qualquer dessas matérias.

14 Confirmamos que a informação respeitante à identificação das entidades relacionadas é completa e que as respetivas divulgações nas demonstrações financeiras são adequadas.

15 Relativamente ao justo valor, conforme aplicável, confirmamos (i) a razoabilidade dos pressupostos mais significativos utilizados para efeitos da mensuração e de divulgação nas demonstrações financeiras, e (ii) que esses mesmos pressupostos refletem adequadamente a capacidade e a intenção da acionistas implementar os planos de ações que lhes estão subjacentes. Confirmamos também que, quando aplicável, para efeitos da mensuração e das divulgações contidas nas demonstrações financeiras, e tendo por base o previsto as normas internacionais de relato financeiro tal como adotadas na União Europeia:

- a) tivemos em consideração a adequacidade e consistência dos métodos utilizados no cálculo do justo valor, incluindo os respetivos pressupostos;
- b) as divulgações relativas ao justo valor são adequadas e incluem todas as informações relevantes nas circunstâncias;
- c) considerámos em que medida os eventos subsequentes requerem ajustamentos ao cálculo do justo valor e às respetivas divulgações.

16 Os compromissos relativos a compras a efetuar dizem respeito à aquisição de quantidades que não excedem as necessidades previstas, a preços que não irão originar prejuízos. Quando aplicável, foram efetuadas provisões para fazer face a quaisquer prejuízos significativos que possam resultar da satisfação de compromissos assumidos relativamente a vendas futuras.

17 Quando aplicável, procedemos ao adequado registo e/ou divulgação nas demonstrações financeiras examinadas das seguintes situações:

- a) contas a receber ou a pagar em nome de empresas do Grupo e outras tais como associadas, participadas, afiliadas, principais acionistas, administradores, gestores, diretores ou gerentes, bem como das transações de venda, compra, financiamento, transferência, acordos de aluguer e/ou garantias com as mesmas entidades;

18 Não existem:

- a) acordos com instituições financeiras envolvendo a compensação de saldos, ou outros acordos limitativos da disponibilidade dos valores em caixa e em bancos ou de linhas de crédito, ou ainda outros acordos similares;
- b) acordos visando a posterior reacquirição de bens vendidos até à data do balanço;
- c) outros acordos que não se integrem no curso e objetivos normais da atividade da Empresa;
- d) garantias verbais e outros contratos tais como compromissos com a compra ou venda de moeda estrangeira com prévia fixação de câmbios.


19 Não temos projetos ou intenções de ações que possam pôr em causa a continuidade das operações. Também confirmamos que revimos cuidadosamente o risco de liquidez e consideramos adequados os acordos estabelecidos para assegurar a liquidez no prazo mínimo de um ano.

20 Confirmamos que não temos conhecimento de quaisquer ajustamentos significativos, em termos individuais e agregados, no contexto das demonstrações financeiras da Empresa, que não tenham sido registados.


O Diretor Financeiro


Dr. Paulo Alexandre Mateus do Carmo


Eng.º Raul Manuel Fuschini Bizarro


Eng.º João Pedro Nunes Madeira



infratróia



Relatório e Contas 2012

RELATÓRIO DE GESTÃO

Através do presente relatório de gestão, vem a Administração da empresa, dar conhecimento aos Sócios e terceiros que com a empresa têm relações, de alguns aspetos que considera mais relevantes e relacionados com a atividade desenvolvida pela **INFRATROIA - Infraestruturas de Troia, E.M.** no exercício de 2012.

1 ENQUADRAMENTO CONJUNTURAL

A implementação do programa de ajustamento económico por parte do Governo Português foi o principal fator com influência no desempenho da Economia Portuguesa no ano de 2012. A abrangência das medidas e o calendário para a implementação daquele programa irão colocar uma pressão significativa no rendimento disponível, com os inevitáveis prejuízos ao nível de consumo privado e investimento, aumentando a probabilidade de instabilidade social por via do aumento no desemprego e de cortes acrescidos em programas de apoio social.

As estimativas mais recentes incluídas no Boletim de Inverno do Banco de Portugal, publicado em janeiro de 2013, e no Destaque do INE, apontam para um decréscimo de 3,2% no PIB em 2012 após a redução de 1,6% observada no ano anterior. A redução mais acentuada do PIB refletiu a diminuição do contributo positivo da procura externa líquida, que passou de 4,7 pontos percentuais (p.p) em 2011 para 3,9 p.p., em resultado da desaceleração das Exportações de Bens e Serviços, e o contributo negativo mais significativo da procura interna, traduzindo a redução mais intensa do consumo privado. A economia Portuguesa apresentou uma Capacidade Líquida de Financiamento em 2012 de 0,4% do PIB (Necessidade de Financiamento de 5,6% no ano anterior). Esta evolução deveu-se, em larga medida, à melhoria do Saldo Externo de Bens e Serviços e do Saldo dos Rendimentos Primários. No 4º trimestre de 2012, o PIB registou, em volume, uma diminuição de 3,8% em termos homólogos (-3,5% no trimestre anterior). Comparativamente com o 3º trimestre de 2012, o PIB reduziu-se 1,8% em volume. O contributo positivo da procura externa líquida para a variação homóloga do PIB diminuiu significativamente, refletindo uma diminuição menos acentuada das Importações de Bens e Serviços e uma redução das Exportações de Bens e Serviços. Em sentido oposto, a procura interna apresentou um contributo menos negativo para a variação homóloga do PIB, traduzindo sobretudo a redução menos expressiva do Investimento.

2 ATIVIDADE

A Infratroia durante o ano de 2012 continuou a consolidar a sua atividade de manutenção e gestão das infraestruturas da Área de Desenvolvimento de Turístico (ADT) de Troia, nomeadamente nas áreas de captação, tratamento e distribuição de água, rede de saneamento, recolha de resíduos sólidos urbanos e dos espaços e equipamentos públicos ou de uso público.

O ano de 2012 foi um ano de crescimento da atividade da Infratroia, E.M., com o volume de água faturada a crescer 3% (+10.243 m³) e o volume de negócios a crescer 10% face a 2011. Foi também um ano em que as eficiências operacionais aumentaram com a diminuição do volume de água captada em 10% (108.583 m³) e as percas na rede a serem reduzidas em 2% (-6.057 m³).

Fruto desse aumento de atividade, o quadro de pessoal aumentou em 3 colaboradores face a Dezembro de 2011. O total de investimento realizado foi de 230k€ e os Gastos Gerais aumentaram 54% face a 2011.

Com a publicação em 31 de Agosto, da nova lei relativa às empresas municipais (Lei 50/2012), foi iniciado o processo de adequação dos estatutos da Infratroia E.M. à referida legislação, tendo ainda sido efetuada uma avaliação das competências delegadas pelo Município de Grândola. Deste processo resultou a apresentação de uma proposta, em conjunto da adequação dos estatutos, para o aumento das competências da Infratroia, E.M. na Área de Desenvolvimento Turística (ADT) de Troia.

Também no último semestre de 2012 foi desenvolvida a proposta do novo tarifário e regulamentos, que após aprovação pelo Conselho de Administração, foram enviados para aprovação pelo Município de Grândola, estando prevista a sua entrada em vigor a partir do final do primeiro trimestre de 2013.

3 PERSPETIVAS FUTURAS

Apesar da continuação das projeções económicas negativas em Portugal, prevê-se para o ano de 2013 um crescimento das receitas de 8% face a 2012, fruto das perspetivas positivas relativamente ao projeto turístico de Troia.

Ao longo do ano de 2013 continuar-se-á a manter os objetivos de melhoria dos indicadores de eficiências operacionais com a meta de reduzir as percas na rede para 21% da água captada.



A aposta na comunicação da atividade da empresa junto dos seus clientes e de todos os visitantes da península de Troia através do site da empresa e de ações de promoção da região é também uma das prioridades da empresa para o ano de 2013.

Prevê-se para 2013, o início do desenvolvimento do projeto de remodelação das infraestruturas de Soltróia, nomeadamente a avaliação económica e de fontes de financiamento para a sua realização.

4 APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, nos termos legais e estatutários, que o resultado líquido do exercício, no valor de € 23.763,75 (vinte e três mil setecentos e sessenta e três euros e setenta e cinco cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

| | |
|---------------------|-----------------|
| Reserva Legal | 2.376,38 Euros |
| Reserva Estatutária | 21.387,37 Euros |

5 AGRADECIMENTOS

A Infratroia expressa o seu reconhecimento a todos os que com ela colaboraram no decurso deste exercício e o seu apreço por todos com quem trabalha.

Troia, 20 de Março de 2013

O Conselho de Administração



Paulo Alexandre Mateus Do Carmo
Presidente do CA



Eng.º Raul Manuel Fuschini Bizarro
Administrador


Eng.º João Pedro Nunes Madeira
Administrador

INFRATRÓIA - Infraestruturas de Tróia, E.M.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

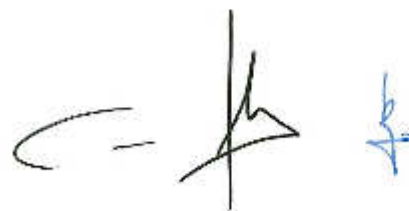
(Montantes expressos em euros)

| ACTIVO | Notas | 31-Dez-12 | 31-Dez-11 |
|----------------------------------------------|-------|------------------|------------------|
| ACTIVO NÃO CORRENTE: | | | |
| Activos fixos tangíveis | 8 | 428.842 | 402.824 |
| Activos por impostos diferidos | 8 | 1.000 | 1.500 |
| Outros activos não correntes | | - | - |
| Total do activo não corrente | | 429.842 | 404.324 |
| ACTIVO CORRENTE: | | | |
| Clientes | 9 | 232.815 | 228.909 |
| Adiantamentos a fornecedores | 13 | 4.059 | 7.588 |
| Estado e outros entes públicos | 14 | 127.019 | 81.180 |
| Outras contas a receber | | 119.844 | 157.695 |
| Diferimentos | 10 | 9.244 | - |
| Caixas e depósitos bancários | 4, 8 | 311.643 | 227.522 |
| Total do activo corrente | | 804.724 | 702.904 |
| Total do activo | | 1.234.567 | 1.107.228 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| CAPITAL PRÓPRIO: | | | |
| Capital realizado | 11 | 250.000 | 250.000 |
| Reservas legais | 11 | 38.480 | 32.300 |
| Outras reservas | 11 | 321.388 | 283.768 |
| Resultados transferidos | | - | - |
| Resultado líquido do período | | 607.889 | 568.069 |
| Total do capital próprio | | 631.633 | 607.869 |
| PASSIVO: | | | |
| PASSIVO NÃO CORRENTE: | | | |
| Financiamentos obtidos | 12 | 107.983 | 107.897 |
| Total do passivo não corrente | | 107.983 | 107.897 |
| PASSIVO CORRENTE: | | | |
| Credoras por locações financeiras | | - | 26.801 |
| Fornecedores | 12 | 165.987 | 103.781 |
| Estado e outros entes públicos | 14 | 30.488 | 24.834 |
| Financiamentos obtidos | 12 | 34.905 | - |
| Outras contas a pagar | 12 | 260.755 | 167.851 |
| Diferimentos | 15 | 2.816 | - |
| Outros passivos correntes | 12 | - | 68.495 |
| Total do passivo corrente | | 494.951 | 391.462 |
| Total do passivo | | 602.934 | 499.359 |
| Total do capital próprio e do passivo | | 1.234.567 | 1.107.228 |

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



INFRATRÓIA - Infraestruturas de Tróia, E.M.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Montantes expressos em euros)

| RENDIMENTOS E GASTOS | Notas | 31-Dez-12 | 31-Dez-11 |
|----------------------------------------------------------------------------|-------|----------------|----------------|
| Vendas e serviços prestados | 16 | 850.119 | 769.676 |
| Fornecimentos e serviços externos | 17 | (741.658) | (462.830) |
| Gastos com o pessoal | 18 | (262.980) | (312.540) |
| Imparidade de d'vidas a receber (perdas / reversões) | 9 | (19.601) | (2.940) |
| Outros rendimentos e ganhos | 20 | 350.166 | 166.879 |
| Outros gastos e perdas | 21 | (2.644) | (8.542) |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 173.425 | 126.703 |
| Gastos / reversões de depreciação e de amortização | 6, 18 | (124.965) | (66.049) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 48.460 | 62.654 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 22 | - | 5.089 |
| Juros e gastos similares suportados | 22 | (7.390) | (7.178) |
| Resultado antes de impostos | | 41.070 | 60.544 |
| Imposto sobre o rendimento do período | 8 | (17.307) | (18.743) |
| Resultado líquido do período | | 23.764 | 41.800 |
| Resultado por acção básico | 24 | 0,48 | 0,94 |

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



INFRATRÓIA - Infraestruturas de Tróia, E.M.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Montantes expressos em euros)

| | 2012 | 2011 |
|--------------------------------------------------------------------|-----------------|------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Recebimentos de clientes | 848.557 | 656.489 |
| Pagamentos a fornecedores | (759.725) | (368.106) |
| Pagamentos ao pessoal | (174.713) | (313.132) |
| Caixa gerada pelas operações | (85.880) | (22.749) |
| Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento | 2.392 | (58.897) |
| Outros recebimentos / pagamentos | 285.238 | (57.571) |
| Fluxos das actividades operacionais [1] | 181.739 | (139.217) |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO: | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Activos fixos tangíveis | (97.904) | (85.897) |
| Activos intangíveis | | |
| Investimentos financeiros | | |
| Outros activos | | |
| Dividendos | | |
| Recebimentos provenientes de: | | |
| Activos fixos tangíveis | | 10.563 |
| Activos intangíveis | | |
| Investimentos financeiros | | |
| Outros activos | | |
| Subsídios ao investimento | | 5.069 |
| Juros e rendimentos similares | | |
| Dividendos | | 15.632 |
| Fluxos das actividades de investimento [2] | (97.904) | (50.265) |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO: | | |
| Recebimentos provenientes de: | | |
| Financiamentos obtidos | | |
| Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio | | |
| Cobertura de prejuízos | | |
| Doações | | |
| Outras operações de financiamento | 285 | 285 |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Financiamentos obtidos | | |
| Juros e gastos similares | | (7.164) |
| Dividendos | | |
| Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio | | |
| Outras operações de financiamento | | |
| Fluxos das actividades de financiamento [3] | 285 | (7.164) |
| Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3] | 84.121 | (196.646) |
| Efeito das diferenças de câmbio | | |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 227.522 | 424.168 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 311.643 | 227.522 |

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

O Técnico Oficial de Contas

Carla F. R. Albuquerque

O Conselho de Administração

[Assinatura]

INFRASTRUTURA - Infraestruturas de Tróia, E.M.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2012

(Montantes expressos em euros)

| | Moedas | Capital realizado | Ações (quocês) próprias | Outros instrumentos de capital próprio | Prémios de emissão | Reservas legais | Outras reservas | Resultados transferidos | Ajustamentos em activos financeiros | Excedentes de revalorização | Outras variações no capital próprio | Resultado líquido do período | Total do capital próprio |
|--------------------------------------------------------------------------------------|--------|-------------------|-------------------------|----------------------------------------|--------------------|-----------------|-----------------|-------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|------------------------------|--------------------------|
| Posição no início do período 2012 | | 250.070 | - | - | - | 32.210 | 381.719 | - | - | - | - | 41.500 | 607.899 |
| Alterações no período: | | | | | | | | | | | | | |
| Primeira ablação do novo contrato com o cliente | | | | | | | | | | | | | |
| Alterações de política contabilística | | | | | | | | | | | | | |
| Reversão de resultados de demonstrações financeiras | | | | | | | | | | | | | |
| Realização da avaliação de revalorização de activos fixos arrendados e imobilizações | | | | | | | | | | | | | |
| Ajustamentos no período de dois dias | | | | | | | | | | | | | |
| Efeito de alterações de avaliação de participações | | | | | | | | | | | | | |
| Outras alterações não-lucros no capital próprio | | | | | | | | | | | | | |
| Reservas Lucros | | | | | | | | | | | | | |
| Ajustamentos em activos financeiros | | | | | | | | | | | | | |
| Provisões Suplementares | | | | | | | | | | | | | |
| Taxa de entrada para resultados transferidos | | | | | | | | | | | | | |
| Resultado líquido do período | | | | | | | | | | | | | |
| Resultado líquido | | 250.070 | - | - | - | 32.210 | 381.719 | - | - | - | - | (41.897) | 607.899 |
| Operações com alterações de capital no período | | | | | | | | | | | | | |
| Realização de capital | | | | | | | | | | | | | |
| Realização de prémios de emissão | | | | | | | | | | | | | |
| Outras operações | | | | | | | | | | | | | |
| Entradas para cobertura de perdas | | | | | | | | | | | | | |
| Outras operações | | | | | | | | | | | | | |
| Posição no fim do período 2012 | | 250.070 | - | - | - | 32.210 | 381.719 | - | - | - | - | 23.764 | 631.893 |

O Ténico Oficial de Contas

Carla Helena

O Conselho de Administração

[Assinatura]

INFRA TRÓIA- Infraestruturas de Tróia, E.M.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2011

(Montantes expressos em euros)

| | Notas | Capital realizado | Acções (quintas) próprias | Outros instrumentos de capital próprio | Prémios de emissão | Reservas legais | Outras reservas | Resultados transições | Ajustamentos em activos financeiros | Excedentes de reavaliação | Outras variações no capital próprio | Resultado líquido do período | Total do capital próprio |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-------|----------------------|---------------------------------|-------------------------------------------------|-----------------------|--------------------|--------------------|--------------------------|-------------------------------------------|---------------------------------|----------------------------------------------|------------------------------------|--------------------------------|
| Posição no início do período 2011 | | 250.000 | - | - | - | 21.083 | 150.104 | - | - | - | - | 104.072 | 566.058 |
| Alterações no período: | | | | | | | | | | | | | |
| Prémios de emissão de novos instrumentos financeiros | | | | | | | | | | | | | |
| Alterações de política contábil | | | | | | | | | | | | | |
| Divulgação de resultados de actividades financeiras | | | | | | | | | | | | | |
| Reavaliação considerável de reavaliação de activos financeiros líquidos e inter-globais | | | | | | | | | | | | | |
| Variações nos resultados de reavaliação de activos financeiros líquidos e inter-globais | | | | | | | | | | | | | |
| Ajustamentos por impostos diferidos | | | | | | | | | | | | | |
| Perda de aquisição / alteração de participações | | | | | | | | | | | | | |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | | | | | | | | | | | | | |
| Transferência para reservas | | | | | | | | | | | | | |
| Ajustamentos em activos financeiros | | | | | | | | | | | | | |
| Provisões Sucessórias | | | | | | | | | | | | | |
| Transferência para resultados financeiros | | | | | | | | | | | | | |
| Resultado líquido do período | | | | | | | | | | | | | |
| Resultado Integral | | | | | | | | | | | | | |
| Operações com detentores de capital no período | | | | | | | | | | | | | |
| Reavaliação de capital | | | | | | | | | | | | | |
| Reavaliação de prémios de emissão | | | | | | | | | | | | | |
| Dividendos | | | | | | | | | | | | | |
| Erros de período de 12 meses | | | | | | | | | | | | | |
| Outras operações | | | | | | | | | | | | | |
| Posição no fim do período 2011 | | | | | | | | | | | | | |
| | | 250.000 | - | - | - | 22.300 | 203.789 | - | - | - | - | 41.980 | 607.869 |

O Director-Geral de Contas

Carla da Costa

O Director-Geral de Contas

[Assinatura]

INFRATRÓIA – Infraestruturas de Tróia, E.M.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A INFRATRÓIA – Infraestruturas de Tróia, E.M. ("Empresa") é uma Empresa Municipal, foi constituída em 12 de Abril de 2001, tem a sua sede social em Tróia e tem como principal actividade a realização, manutenção e gestão das infraestruturas, espaços e equipamentos situados na área de desenvolvimento turístico de Tróia.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, sendo esta a divisa igualmente a moeda funcional da Empresa, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2010, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF") e normas interpretativas ("NI") consignadas, respectivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, os quais, no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilístico ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "NCRF".

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

| Classe de bens | Anos |
|--------------------------------|--------|
| Equipamento básico | 8 a 15 |
| Equipamento de transporte | 5 |
| Equipamento administrativo | 8 |
| Outros activos fixos tangíveis | 4 a 5 |

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

3.4. Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar

em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do activo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.5. Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. O juro efectivo é calculado através da taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro (taxa de juro efectiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Montantes expressos em Euros)

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, são reconhecidas pelo método do juro efectivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos".

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os activos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais activos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respectivo justo valor registadas em resultados nas rubricas "Perdas por reduções de justo valor" e "Ganhos por aumentos de justo valor".

Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.6. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transacção/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

3.7. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Montantes expressos em Euros)

ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.8. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, os activos por impostos diferidos registados na empresa ascendem a 1.000 Euros, prevendo-se a sua recuperação em exercícios futuros.

3.9. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Activos contingentes

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11. Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como activos ou passivos.

3.12. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 detalha-se conforme se segue:

| | 2012 | 2011 |
|------------------------------------------------|----------------|----------------|
| Numerário | 170 | 73 |
| Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis | 311.473 | 227.449 |
| | <u>311.643</u> | <u>227.522</u> |

5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÕES DE ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

6 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| 2012 | | | | | | |
|------------------------------------------------------------|--------------------|------------------------------|-----------------------|--------------------------------------|----------------------------------------|---------|
| | Equipam. básico | Equipam. de transporte | Equipam. administ. | Outros activos fixos tangíveis | Activos fixos tangíveis em curso | Total |
| Activos | | | | | | |
| Saldo inicial | 419.322 | 161.652 | 22.342 | 12.440 | 78.354 | 694.110 |
| Aquisições | 51.064 | 41.000 | 32.355 | 4.975 | 21.839 | 151.234 |
| Alienações/Abates | - | - | - | - | - | - |
| Transferências | 100.193 | - | - | - | (100.193) | - |
| Outras variações | - | - | - | (250) | - | (250) |
| Saldo final | 570.579 | 202.652 | 54.697 | 17.165 | - | 845.093 |
| Amortizações acumuladas e perdas por imparidade | | | | | | |
| Saldo inicial | 249.598 | 25.093 | 13.798 | 2.796 | - | 291.286 |
| Amortizações do exercício | 68.552 | 41.981 | 6.505 | 7.927 | - | 124.965 |
| Saldo final | 318.150 | 67.074 | 20.303 | 10.723 | - | 416.251 |
| Activos líquidos | 252.428 | 135.578 | 34.394 | 6.442 | - | 428.842 |
| 2011 | | | | | | |
| | Equipam. básico | Equipam. de transporte | Equipam. administ. | Outros activos fixos tangíveis | Activos fixos tangíveis em curso | Total |
| Activos | | | | | | |
| Saldo inicial | 405.977 | - | 22.375 | 4.830 | - | 433.182 |
| Aquisições | 179 | 1.050 | 2.114 | 7.610 | 257.468 | 268.420 |
| Alienações/Abates | (5.323) | (1.050) | (3.162) | - | - | (9.535) |
| Transferências | 18.489 | 161.652 | 1.015 | - | (179.114) | 2.042 |
| Saldo final | 419.322 | 161.652 | 22.342 | 12.440 | 78.354 | 694.110 |
| Amortizações acumuladas e perdas por imparidade | | | | | | |
| Saldo inicial | 214.480 | - | 14.063 | 563 | - | 229.106 |
| Amortizações do exercício | 35.651 | 25.268 | 2.897 | 2.233 | - | 66.049 |
| Alienações/Abates | (532) | (175) | (3.162) | - | - | (3.869) |
| Saldo final | 249.598 | 25.093 | 13.798 | 2.796 | - | 291.286 |
| Activos líquidos | 169.723 | 136.560 | 8.543 | 9.644 | 78.354 | 402.824 |

Os activos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes.

As amortizações do exercício, no montante de 124.965 Euros (66.049 Euros em 2011), foram registadas nas seguintes rubricas:

- Gastos de depreciação e amortização – 124.965 Euros (66.049 Euros em 2011) (Nota 19).

7 LOCAÇÕES

Locações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro 2011 a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

| | 2012 | | | 2011 |
|---------------------------|---------|----------------------------------------|---------------------|---------------------|
| | Custo | Amortiz./ perdas imp. acumuladas | Montante líquido | Montante líquido |
| Equipamento de transporte | 193.000 | (57.422) | 135.578 | 131.733 |
| | 193.000 | (57.422) | 135.578 | 131.733 |

8 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2009 a 2012 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC"), à taxa de 25%, nos termos do artigo 87º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Adicionalmente, acresce da Derrama até à taxa de 1,5% sobre o resultado tributável e não isento de IRC, resultando numa taxa agregada máxima de 26,5%.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 é detalhado conforme se segue:

| | 2012 | 2011 |
|---------------------------------------------------------------------------------|--------|--------|
| Imposto corrente e ajustamentos: | | |
| Imposto corrente do período | 12.803 | 15.156 |
| Derrama | 768 | 1.003 |
| Tributação Autónoma | 3.235 | 2.083 |
| Ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores | - | - |
| | 16.806 | 18.243 |
| Impostos diferidos: | | |
| Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias | 500 | 500 |
| | 500 | 500 |
| Gasto com impostos sobre o rendimento | 17.307 | 18.743 |

Em 31 de Dezembro de 2012 a Empresa não apresenta prejuízos fiscais reportáveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Montantes expressos em Euros)

Impostos diferidos

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

| | Activos por impostos diferidos | |
|---------------------------------|--------------------------------|--------------|
| | 2012 | 2011 |
| Anulação de activos intangíveis | 1.000 | 1.500 |
| | <u>1.000</u> | <u>1.500</u> |

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 foi como se segue:

| | 2012 | | 2011 | |
|-------------------------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|
| | Activos por impostos diferidos | Passivos por impostos diferidos | Activos por impostos diferidos | Passivos por impostos diferidos |
| Saldo inicial | 1.500 | - | 2.000 | - |
| Efeito em resultados: | | | | |
| Anulação de amortizações de activos intangíveis | (500) | - | (500) | - |
| | (500) | - | (500) | - |
| Outros | - | - | - | - |
| Saldo final | <u>1.000</u> | <u>-</u> | <u>1.500</u> | <u>-</u> |

A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012.

9 ACTIVOS FINANCEIROS

Categorias de activos financeiros

As categorias de activos financeiros em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 são detalhadas conforme se segue:

| ACTIVOS FINANCEIROS | 2012 | | | 2011 | | |
|------------------------------|----------------|----------------------------------|------------------|----------------|----------------------------------|------------------|
| | Montante bruto | Perdas por imparidade acumuladas | Montante líquido | Montante bruto | Perdas por imparidade acumuladas | Montante líquido |
| Disponibilidades: | | | | | | |
| Caixa | 170 | - | 170 | 73 | - | 73 |
| Depósitos à ordem | 311.473 | - | 311.473 | 227.449 | - | 227.449 |
| | 311.643 | - | 311.643 | 227.522 | - | 227.522 |
| Outros Activos financeiros: | | | | | | |
| Clientes | 337.053 | (104.238) | 232.815 | 313.546 | (84.637) | 228.909 |
| Adiantamentos a fornecedores | 4.059 | - | 4.059 | 7.066 | - | 7.066 |
| Outras contas a receber | 119.944 | - | 119.944 | 228.934 | - | 228.934 |
| | 461.056 | (104.238) | 356.819 | 549.546 | (84.637) | 464.909 |
| | 772.699 | (104.238) | 668.461 | 777.068 | (84.637) | 692.431 |

Clientes e outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

| | 2012 | | | 2011 | | |
|----------------------------------------|----------------|----------------------|------------------|----------------|----------------------|------------------|
| | Montante bruto | Imparidade acumulada | Montante líquido | Montante bruto | Imparidade acumulada | Montante líquido |
| Não correntes: | | | | | | |
| Clientes | - | - | - | - | - | - |
| Outras contas a receber | - | - | - | - | - | - |
| Correntes: | | | | | | |
| Clientes | 337.053 | (104.238) | 232.815 | 313.546 | (84.637) | 228.909 |
| Outras contas a receber | | | | | | |
| Fornecedores | 4.059 | - | 4.059 | 7.066 | - | 7.066 |
| Outros devedores | 682 | - | 682 | 532 | - | 532 |
| Devedores por acréscimo de rendimentos | 119.263 | - | 119.263 | 151.177 | - | 151.177 |
| Gastos a reconhecer | - | - | - | 6.518 | - | 6.518 |
| | 461.056 | (104.238) | 356.819 | 478.839 | (84.637) | 394.202 |
| | 461.056 | (104.238) | 356.819 | 478.839 | (84.637) | 394.202 |

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, foram reconhecidas perdas por imparidade / reversões de perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber no montante de -19.601 Euros (-2.940 Euros em 2011).

10 DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 as rubricas do activo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

| | 2012 | 2011 |
|--------------------------|--------------|----------|
| Gastos a reconhecer | | |
| Rendas e alugueres | 1.716 | - |
| Conservação e reparação | 623 | - |
| Trabalhos especializados | 625 | - |
| Seguros | 6.053 | - |
| Informática | 228 | - |
| | <u>9.244</u> | <u>-</u> |

11 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de Dezembro de 2012 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 50.000 acções, com o valor nominal de 5 Euros, cada.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 não ocorreram movimentos no número de acções em circulação e as mesmas são detidas pelas seguintes entidades:

| Entidade | 2012 | 2011 |
|--------------------------------------------|-------------|-------------|
| Câmara Municipal de Grândola | 74,10% | 74,10% |
| Imoareaia - Investimentos Turísticos, SGPS | 25,90% | 25,90% |
| | <u>100%</u> | <u>100%</u> |

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2012 a reserva legal ascendia a 36.480 Euros.

Outras reservas

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, as outras reservas apresentaram o seguinte movimento:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Montantes expressos em Euros)

| | Reserva estatutária | Reserva Ajust. Conversão | Total outras reservas |
|-------------------------|------------------------|--------------------------------|--------------------------|
| Saldo a 1-1-2011 | 197.039 | (6.935) | 190.104 |
| Aplicação de resultados | 93.665 | - | 93.665 |
| Saldo a 31-12-2011 | 290.704 | (6.935) | 283.768 |
| Aplicação de resultados | 37.620 | - | 37.620 |
| Saldo a 31-12-2012 | 328.324 | (6.935) | 321.388 |

O montante registado na rubrica "Reserva Ajust. Conversão" refere-se, na sua totalidade, aos ajustamentos de conversão das demonstrações financeiras do referencial contabilístico "POC" para "NCRF".

Reserva Estatutária: É constituída para obedecer aos estatutos da empresa. A Infratróia constituiu uma reserva de investimento, cujo quantitativo anual será igual ao resultado líquido do período, deduzido da reserva legal. A reserva de investimento terá a utilização que lhe for fixada em Assembleia Geral.

12 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 as rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos financeiros" apresentavam a seguinte composição:

| | 2012 | 2011 |
|-----------------------------------------|---------|---------|
| Fornecedores | | |
| Fornecedores, conta corrente | 165.987 | 103.781 |
| | 165.987 | 103.781 |
| Outras contas a pagar | | |
| Adiantamento de clientes | - | 3.101 |
| Outras operações com o pessoal | 232 | - |
| Remunerações a liquidar | 37.551 | - |
| Fornecedores de Activos Fixos Tangíveis | 18.562 | 81.335 |
| Credores por acréscimo de gastos | 96.547 | - |
| Outras dívidas a terceiros | 107.863 | 83.394 |
| Outros | - | 121 |
| | 260.755 | 167.951 |
| Outros passivos correntes | | |
| Credores por acréscimo de gastos | | |
| - Remunerações a liquidar | - | 28.557 |
| - Fornecedores de serviços | - | 37.603 |
| Rendimentos a reconhecer | | |
| - Rendas | - | 2.335 |
| | - | 68.495 |
| | 426.742 | 340.227 |

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Montantes expressos em Euros)

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 são detalhados conforme se segue:

| | Entidade financiadora | 2012 | | 2011 | | Vencimento | Tipo de amortização |
|----------------------------------|--------------------------|--------------------|----------------|--------------------|----------------|------------|------------------------|
| | | Montante utilizado | | Montante utilizado | | | |
| | | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente | | |
| Instituições financeiras: | | | | | | | |
| Outros empréstimos obtidos: | | | | | | | |
| Contrato leasing (nº 400102572) | Millennium BCP | 27.933 | 79.713 | 26.601 | 107.897 | Mai-16 | Mensal |
| Contrato leasing (nº 199282) | Santander Totta | 6.972 | 28.270 | - | - | Mar-17 | Mensal |
| | | <u>34.905</u> | <u>107.983</u> | <u>26.601</u> | <u>107.897</u> | | |
| Total instituições financeiras | | <u>34.905</u> | <u>107.983</u> | <u>26.601</u> | <u>107.897</u> | | |

13 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES, ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 as rubricas "Adiantamentos de clientes", "Adiantamentos a fornecedores" e "Outras contas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

| | 2012 | 2011 |
|-----------------------------------------|----------------|----------------|
| Adiantamentos a fornecedores | | |
| Corrente | 4.059 | 7.598 |
| Não Corrente | - | - |
| | <u>4.059</u> | <u>7.598</u> |
| Outras contas a pagar | | |
| Adiantamento de clientes | - | 3.101 |
| Outras operações com o pessoal | 232 | - |
| Remunerações a liquidar | 37.551 | - |
| Fornecedores de Activos Fixos Tangíveis | 18.562 | 81.335 |
| Credores por acréscimo de gastos | 96.547 | - |
| Outras dívidas a terceiros | 107.863 | 83.394 |
| Outros | - | 121 |
| | <u>260.755</u> | <u>167.951</u> |

14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

| | 2012 | | 2011 | |
|----------------------------------------|----------------|---------------|---------------|---------------|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| Imposto sobre o rendimento | | | | |
| Pagamentos por conta | 10.776 | - | 28.194 | - |
| Estimativa de imposto | - | 16.806 | - | 18.243 |
| Retenção na Fonte | 2.591 | - | 3.137 | - |
| Retenção de impostos sobre rendimentos | | | | |
| Retenções efectuadas a terceiros | - | 1.553 | - | 2.014 |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 113.651 | - | 49.849 | - |
| Contribuições para a Segurança Social | - | 12.129 | - | 4.376 |
| | <u>127.019</u> | <u>30.488</u> | <u>81.180</u> | <u>24.634</u> |

Não existem dívidas incluídas na rubrica "Estado e Outros Entes Públicos" em situação de mora.

15 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

| | 2012 | 2011 |
|--------------------------|--------------|----------|
| Rendimentos a reconhecer | | |
| Rendas Edifícios | 2.816 | - |
| | <u>2.816</u> | <u>-</u> |

16 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 é detalhado conforme se segue:

| | 2012 | 2011 |
|-----------------------|----------------|----------------|
| Venda de bens | - | - |
| Prestação de serviços | 850.119 | 769.676 |
| | <u>850.119</u> | <u>769.676</u> |

17 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 é detalhada conforme se segue:

| | 2012 | 2011 |
|----------------------------|----------------|----------------|
| Trabalhos especializados | 163.626 | 68.261 |
| Publicidade e propaganda | 87.411 | - |
| Vigilância e segurança | 182 | - |
| Honorários | 10.718 | 3.500 |
| Conservação e reparação | 123.643 | 171.682 |
| Serviços bancários | 7.672 | - |
| Patrocínios | 54.469 | - |
| Ferramentas e utensílios | 8.128 | 2.904 |
| Material de escritório | 3.135 | 2.977 |
| Electricidade | 142.480 | 64.991 |
| Combustíveis | 34.153 | 26.368 |
| Outros fluidos | 540 | - |
| Deslocações e estadas | 1.567 | 4.882 |
| Rendas e alugueres | 40.071 | 39.059 |
| Comunicação | 19.285 | 16.623 |
| Seguros | 13.298 | 8.055 |
| Contencioso e notariado | 3.269 | 1.943 |
| Despesas de representação | 2.566 | 416 |
| Limpeza higiene e conforto | 17.126 | 60.135 |
| Outros | 8.320 | 11.035 |
| | <u>741.658</u> | <u>482.830</u> |

18 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 é detalhada conforme se segue:

| | 2012 | 2011 |
|-----------------------------------------|----------------|----------------|
| Remunerações dos órgãos sociais | - | - |
| Remunerações do pessoal | 210.012 | 252.592 |
| Indemnizações | 2.215 | - |
| Encargos sobre remunerações | 44.579 | 50.682 |
| Seguros de ac. trabalho e doenças prof. | 963 | 1.501 |
| Gastos de acção social | 3.001 | 1.291 |
| Outros | 2.189 | 6.474 |
| | <u>262.960</u> | <u>312.540</u> |

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, o número médio de colaboradores foi de 18 e 14, respectivamente.

19 AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 é conforme se segue:

| | 2012 | 2011 |
|----------------------------------|----------------|---------------|
| Activos fixos tangíveis (Nota 6) | 124.965 | 66.049 |
| | <u>124.965</u> | <u>66.049</u> |

20 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro 2012 e de 2011 é conforme se segue:

| | 2012 | 2011 |
|-------------------------------------------------------|----------------|----------------|
| Rendimentos suplementares: | | |
| Outros rendimentos suplementares | 168.643 | 144.161 |
| Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros | 3.246 | 4.897 |
| Outros | | |
| Correções relativas a períodos anteriores | 176.442 | - |
| Excesso da estimativa para impostos | 127 | 290 |
| Juros de Mora | 1.381 | - |
| Outros rendimentos e ganhos | 330 | 16.530 |
| | <u>350.168</u> | <u>165.879</u> |

21 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 é conforme se segue:

| | 2012 | 2011 |
|------------------------|--------------|--------------|
| Impostos | | |
| Impostos indirectos | 244 | 96 |
| Taxas | 229 | 322 |
| Outros | | |
| Multas não fiscais | 414 | - |
| Outros gastos e perdas | 1.756 | 8.124 |
| | <u>2.644</u> | <u>8.542</u> |

22 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 são detalhados conforme se segue:

| | 2012 | | 2011 | |
|--------------------------------|-------|--------------|-------|--------------|
| Juros suportados | | | | |
| Locações financeiras | 7.388 | 7.388 | 4.465 | 4.465 |
| Outros gastos de financiamento | | - | | 2.714 |
| | | <u>7.388</u> | | <u>7.179</u> |

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 são detalhados conforme se segue:

| | 2012 | | 2011 | |
|---------------|------|----------|-------|--------------|
| Juros obtidos | | | | |
| Outros | | - | 5.069 | 5.069 |
| | | <u>-</u> | | <u>5.069</u> |

23 PARTES RELACIONADAS

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 foram efectuadas as seguintes transacções com partes relacionadas:

| | Gastos | | Rendimentos | |
|-----------------------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 |
| Partes relacionadas - Grupo Sonae | 59.328 | 58.012 | 234.946 | 18.990 |
| Outras partes relacionadas | - | - | - | - |
| | <u>59.328</u> | <u>58.012</u> | <u>234.946</u> | <u>18.990</u> |

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

| | Contas a Receber | | Contas a Pagar | |
|-----------------------------------|------------------|---------------|----------------|---------------|
| | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 |
| Partes relacionadas - Grupo Sonae | 201.667 | 97.747 | 39.867 | 31.767 |
| Outras partes relacionadas | - | - | - | - |
| | <u>201.667</u> | <u>97.747</u> | <u>39.867</u> | <u>31.767</u> |

24 RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

| | 2012 | 2011 |
|------------------------------------------------|--------|--------|
| Resultado líquido do período | 23.764 | 41.800 |
| Número médio ponderado de acções em circulação | 50.000 | 50.000 |
| Resultado por acção básico | 0,48 | 0,84 |

25 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram eventos significativos, após 31 de Dezembro de 2012 e até à presente data que necessitem por este facto de serem divulgados.


O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


(Carla Ribeiro dos Santos Casquinha)


(Paulo Alexandre Mateus do Carmo)


(Raul Manuel Fuschini Bizarro)


(João Pedro Pereira Nunes Madeira)